

COMISSÃO DE VIAÇÃO E TRANSPORTES

PROJETO DE LEI Nº 137, DE 2003

Dispõe sobre a manutenção no mercado de veículos fabricados no País.

Autor: Dep. INOCÊNCIO DE OLIVEIRA

Relator: Dep. ELISEU PADILHA

I - RELATÓRIO

O projeto de lei em epígrafe determina que os modelos de veículos automotores fabricados no País permanecerão no mercado pelo prazo mínimo de dez anos.

Esgotado o prazo regimental, não foram apresentadas emendas ao projeto.

O projeto foi aprovado na Comissão de Defesa do Consumidor, na forma de um substitutivo apresentado pelo Relator.

II - VOTO DO RELATOR

Na sua justificativa do projeto, o autor salienta as dificuldades para se encontrar peças de reposição originais de veículos que saem de linha com poucos anos de lançados no mercado, o que vem a se refletir negativamente na sua adequada manutenção e na segurança do trânsito.

A nosso ver, essa é a particularidade da proposta sobre a qual deve concentrar-se a atenção específica desta Comissão de Viação e Transportes, pois envolve a questão da segurança veicular. Noutros aspectos, cabe à Comissão de Defesa do Consumidor pronunciar-se.

Embora ainda não implantada de uma forma generalizada no País, a inspeção técnica veicular é procedimento previsto no Código de Trânsito Brasileiro que vigorará mais cedo ou mais tarde. A aprovação dos veículos na inspeção de segurança dependerá, evidentemente, das características das peças utilizadas no veículo. Em geral, apenas as peças originais de fábrica têm o aval ou garantia do fabricante. Se param de ser produzidas, quem poderá garantir que a utilização de peças similares deixará o veículo nas condições de segurança exigidas?

A oferta de peças originais é, portanto, necessária para cobrir uma vida média de um veículo, o equivalente a dez anos, com segurança para a sua dirigibilidade.

A Comissão de Defesa do Consumidor aprovou este projeto na forma de um substitutivo, o qual, a nosso ver, aperfeiçoa o projeto original, determinando, pelo prazo de dez anos, não a fabricação do veículo, mas a manutenção de peças e componentes de reposição dos modelos de veículos automotores comercializados no País, sejam eles de fabricação nacional ou não. Também estabelece uma penalidade em caso de descumprimento do disposto. Consideramos esse Substitutivo, objetivo e coerente, preenchendo, ainda, uma lacuna detectada no projeto original quanto à penalidade aplicável. Dessa forma, o adotamos.

Diante do exposto, somos pela aprovação do PL nº 137/2003, na forma do Substitutivo apresentado pela Comissão de Defesa do Consumidor.

Sala da Comissão, em de de 2008.

Deputado ELISEU PADILHA
Relator